

CT PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

DADOS GERAIS

Data: 10/05/2018	Local: AGEM	Horário: 14h00
Tipo de Reunião: trabalho		
Lista de Participantes:		
Nome	Entidade	
José Roberto Rebello	PM Bertioga	
Alexandre Trombelli	PM Guarujá	
Eliana Cristina Jeronimo Ferreira	PM Praia Grande	
Maurício Maranhão	PM Peruíbe	
Jorge Manuel de Souza Ferreira	PM Santos	
Elizangela Lima C. Rego	Sec. Estado de Saneamento e Recursos Hídricos	
José Ricardo Mafra Amorim	Secretaria de Estado de Energia e Mineração	
Maria Emília Botelho	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	
André Olímpio M. Du Chenoy Castro	Sociedade Civil - CORECON-SP / Delegacia Regional da Baixada Santista	
Eduardo Vianna Junior	Sociedade Civil - Políticas Sociais – ACMD	
Marco Antonio Francisco	Sociedade Civil – Políticas Sociais – Concidadania	
Mônica Antonia Viana	Sociedade Civil – Habitação e Desenvolvimento Urbano – Sociedade Visconde de São Leopoldo – UNISANTOS	
Virginia Cidade Boldrini	Sociedade Civil – Saneamento e Meio Ambiente – Assoc. São Lourenço	
Ricardo dos Santos Ferreira -	Sociedade Civil – Mobilidade e Logística - AEMA	
Edson Ricardo Saleme	Sociedade Civil – Mobilidade e Logística – OAB	
Convidados		
Fernanda Faria Meneghello	Agem	
Luciana Freitas Lemos dos Santos	Agem/Condesb	
Márcio A.A. Quedinho	Agem	
Sania C. D. Baptista	Agem	
Cintia Rossi De Pieri	PM Itanhaém	
Pauta divulgada em: 05/04/2018	Reunião iniciada às: 14h27	Término da Reunião às: 16h24

OBJETIVOS

Item I - Aprovação da ata da reunião anterior;
 Item II – Continuidade dos trabalhos;
 Item III - Outros assuntos de interesse regional

REGISTROS

- Ausências:
- Municípios: Cubatão, Mongaguá e São Vicente
- Estado: Emprego e Relações do Trabalho, Esportes, Lazer e Juventude e Turismo

- Justificativas de ausência: Eliseu Braga (Itanhaém)

REGISTROS

- Os trabalhos foram abertos pela Coordenadora da Câmara Temática de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Eliana Ferreira e foram discutidos os seguintes aspectos:
 - Proposto que voltem a iniciar as reuniões às 13h30 o que foi aprovado por todos os presentes;
 - Aprovação da ata da reunião anterior;
 - Pedido que seja alterado o representante da Sociedade Civil, eixo Políticas Sociais – Cidadania sendo informado que a Secretaria Executiva irá atualizar o cadastro;
 - Proposto e aceito por unanimidade que as discussões das propostas dos planos de trabalhos de regulamentação de áreas estratégicas de interesse metropolitano e de levantamento de dados para atualização do PMDE sejam feitas em conjunto
 - Em sequência a Coordenadora entregou algumas cópias do documento que elaborou referente a discussão que o grupo formado por ela, Eduardo, Maurício e Maria Emília fizeram na última reunião, imaginando como seriam os procedimentos e a documentação mínima para a entrada dos planos de ação, o qual segue abaixo;

PLANOS DE AÇÃO INTERFEDERATIVA
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE INTERESSE METROPOLITANO

PROCEDIMENTOS:

1. Quem apresenta:
1a. Municípios, Estado e União, consorciados ou não.
Serão admitidos planos com PPPs (?)
Serão admitidos planos decorrentes de MIPs (?)
(A proposta pode ter origem nas CTs ou no CONDESB, mas precisa ser protocolada pelos entes federados envolvidos)

2. Quem recebe:
AGEM: Protocola o pedido de análise e verifica se a documentação necessária está completa.

3. Análise:
3a. CT afeta à FPIC (passa antes por análise da AGEM?)
3b. Consulta Pública
3c. CT encaminha à Comissão do PDUI para avaliação de prioridades e harmonia com demais estudos em andamento.

4. Aprovação:
CONDESB

5. Audiência Pública

6. Homologação:
CONDESB

DOCUMENTAÇÃO:

1. FICHA RESUMO: texto resumido contendo declaração de atendimento do art 8º, objeto do plano de ação, qual a FPIC e municípios atingidos.

2. Justificativa: descrição do atendimento do artigo 8º (caput e incisos), relação com diretrizes do PDUI e PMDE.

3. Objeto: descrição do que será feito.

4. Delimitação: Descrição dos locais atingidos e mapeamento georeferenciado em Sirgas 2000.

5. Diagnóstico: levantamento de dados da situação existente, relativos ao objeto do plano de ação.

6. Prognóstico: identificação e análise de demandas e potencialidades, descrição das melhorias pretendidas e índices a serem alcançados.

7. Matriz de responsabilidade: ações e recursos atribuídos a cada ente envolvido e cronograma.

QUAL A DOCUMENTAÇÃO DE BUROCRACIA (CERTIDÕES E ETC)? PRECISAMOS ESTABELECEER ISSO?

- Destacou que o assunto não está fechado e está aberto para discussão;
- Também foi colocada a questão de repasse de informações de como está caminhando o PDUI - houve alteração dos prazos,
- Planos de ação federativa;
- Definição de estratégias de interesse metropolitano – participação da Sociedade Civil;
- Vários tipos de ação que podem ter plano de ação sempre ligadas ao PMDE ou PDDI;

REGISTROS

- Ressaltado que as ações têm que ser de interesse metropolitano;
- Quanto as áreas estratégicas não precisam ser necessariamente uma zona, poderiam ser corredores, e o Plano de ação não está amarrado a uma área de interesse metropolitano. A área está amarrada ao Plano de ação, mas o Plano pode acontecer de outra forma;
- Sania colocou que nos casos que não necessite da União basta a aprovação do CONDESB;
- Maria Emilia levantou a importância da participação da sociedade civil e propôs que se trabalhe com o que existe hoje como Câmara Temática;
- Maurício de Peruibe levantou a preocupação em restringir a manifestação de interesse público, pela possibilidade de serem recebidos vários pedidos, em vista da dificuldade de entendimento do que é manifestação de interesse público - MIP;
- Amadurecer o que realmente se quer;
- Tornar assuntos locais em metropolitanos;
- Sania lembrou primeiro que se pressupõe uma ação interfederativa e segundo que não significa flexionar nenhuma lei; - é um instrumento para articular um esforço conjunto;
- Eduardo, da ACMD levantou a questão de se correr o risco de acesso para definir o que é estratégico ou não, na medida que a sociedade civil seja uma possível proponente. Pelo lado da sociedade civil diz que vê o contrário, que não é vista como uma questão nossa, de governança interna, de interesse regional;
- Sociedade civil falta de encaminhamento de assuntos metropolitanos;
- Olhar com os nove municípios, somando numa situação em conjunto e equilibrando as ações;
- Representante da Concidadania levantou a questão de dificuldade das demandas e da participação da sociedade civil;
- Mônica, da Unisantos colocou como é difícil o olhar metropolitano;
- Também discutiram a questão da realização de audiências;
- Mudança da redação do item 3b;
- Foi proposto e aceito por todos o envio, por email, da proposta atualizada com os dados dessa discussão para que possam enriquecer e aprovar na próxima reunião;
- Foi levantada a questão de quem fará a gestão do plano de ação;
- Proposto que seja feita uma matriz de responsabilidade;
- O pensamento para os procedimentos e documentação é de não se ter muita burocracia;
- O sr. Eduardo, da ACMD colocou sobre questões orçamentárias, sendo esclarecido que no plano de ação deverá constar de onde virão os recursos;
- Colocado que estão entre fluxo de tramitação – continuar o poder de veto do município – ente federado ou fórum de debate para levantar riscos e ver fluxo dos processos;
- Discussão dos documentos a serem apresentados para análise para aprovação do projeto;
- Mauricio preocupação que se chegue a CT projetos que causem conflitos municipais;
- Sugerido que se traga todos os envolvidos para ser tomada uma decisão conjuntamente;
- Amorim levantou a importância de que o empreendimento seja de interesse metropolitano;
- Monica ressaltou que como processo deve ser encaminhado ao Condesb, através das CT's;
- Eduardo colocou sobre a questão do poder de veto;
- Discutiram ainda sobre justificativa, objeto, meta dados, regulamentação da INDE – Infraestrutura Nacional de Documentos Espaciais, diagnóstico, prognóstico, matriz de responsabilidade, entre

REGISTROS

- outros;
- Proposta de se criar ressalva quando forem necessários recursos financeiros;
 - Levantada a preocupação com a legitimidade da representação, sendo proposto pelo sr. Eduardo que se utilize como base o que foi pedido como qualificação para a sociedade civil participar desta;
 - Esse documento será formatado pela Coordenadora da CT e enviado por email;
 - Foi informado pela Ara. Sania que o outro grupo está listando as informações necessárias para permitir melhores informações;
 - Além das questões que estão previstas no PMDE
 - . Monica da Unisantos que ficou com as informações de Desenvolvimento Urbano informou que não pode enviar;
 - . Adalberto, da Secretaria de Estado de Turismo, foi o único que enviou sobre a área de Meio Ambiente;
 - . Foi solicitado que todos encaminhem por email para que se possa juntar tudo para uma discussão na próxima reunião;
 - . André, do Corecon, ficou com a parte de Turismo que justificou ser a nossa única e básica vocação; informou sobre a retirada da Petrobrás da RMBS e suas repercussões econômicas e sociais; lembrou que o aeroporto de Itanhaém é o único da Baixada Santista e que servia, há oito anos à Petrobrás; informou, também, sobre o grande fluxo de caminhões desviado da SP-55 para Serra do Cafezal, na BR-116; existência das Plataformas Marítimas do Porto do Açú/RJ e do Porto Central/ES, o que trarão várias alterações em nossos prognósticos e cenários futuros;
 - Informou que o Grupo marcou para o dia 17 de maio para ponderar o que está acontecendo e que o sr. Adalberto tem uma proposta interessante para apresentar;
 - Foi sugerido e aceito por todos que na próxima reunião seja dada continuidade da discussão;
 - Será resgatado todo o material encaminhado como por exemplo indicadores e replicado para todos os membros desta CT;
 - Eduardo informou que o representante do Sindicato do Comércio Atacadista de Resíduos Recicláveis do Estado de São Paulo está desvinculado do órgão, sendo esclarecido que oficialmente o Sindicato deve atualizar sua representatividade e levantada a questão que ele é o segundo suplente;
 - A próxima reunião será no dia 14 de junho de 2018;
 - Não havendo nada a mais a ser discutido foi encerrada a reunião.

Santos, 10 de maio de 2018

ELIANA CRISTINA JERONIMO FERREIRA
Coordenadora

LUCIANA FREITAS LEMOS DOS SANTOS
Secretária